

Falta de estrutura em saúde pública representa risco real

Novas doenças, além das re-emergentes, ameaçam a saúde pública e os órgãos oficiais estão desparelhados em termos materiais e de pessoal para enfrentar os riscos que são graves e ameaçadores. É preciso agir já. *Página 5*

A aftosa não foi surpresa para os veterinários

Todo mundo do ramo sabia que a febre aftosa poderia voltar a qualquer minuto como consequência da imprevisibilidade e da falta crônica de recursos. O problema é grave e está longe de ser definitivamente resolvido. *Página 6*



A criação de animais silvestres está crescendo

O mercado para carne de animais silvestres vem crescendo bastante nos grandes centros urbanos e a zootecnia tendo papel destacado nessa especialidade.

Página 7

Veja quem é quem na nova equipe do Conselho

Pág.4

E mais...

- Atividades & Notícias
- Agenda
- Balancete

Editorial: Médicos veterinários nos parlamentos

UFF - Curso de Especialização em Irradiação de Alimentos

Data de inscrição: 19 de dezembro de 2005 a 27 de janeiro de 2006
Seleção: 16 e 17/02/2006 (17 vagas)
Local: Rua Vital Brazil Filho, 64 (Sala da Coordenação do Curso)
Informações: (21) 2629-9548 www.uff.br/irradiacao

XXIX Semana Acadêmica Professor Américo de Souza Braga (SEMAMBRA)

Data: 3 a 8 de abril de 2006
Local: Faculdade de Veterinária - UFF (Niterói - RJ)
Informações: www.uff.br/veterinaria/semambra
semambra2006@yahoo.com.br

Congresso Internacional De Medicina Felina e 6ª PET FAIR

Data: 11 a 14 de abril de 2006
Local: Expo Center Norte - São Paulo
Informações: (15) 3262-4142 www.petfair.com.br

XXXIII CONBRAVET - Congresso Brasileiro de Medicina Veterinária

ENIPEC - Encontro Internacional dos Negócios da Pecuária
Data: 7 a 12 de maio de 2006
Local: Centro de Eventos do Pantanal - Cuiabá/Mato Grosso
Informações: (65) 3324-2565 somatovet@terra.com.br

9th World Veterinary Congress of Anaesthesia

Data: 12 a 15 de setembro de 2006
Local: Santos - SP
Informações: www.cbca.org.br/congresso

30TH International Conference On Animal Genetics - ISAG 2006

Data: 20 a 25 de agosto de 2006
Local: Porto Seguro - Bahia
Informações: www.cbca.org.br/isag2006 isag2006@cbca.org.br

CRMV-RJ Jornal completou dez anos

Esta nova fase do CRMV-RJ Jornal começou em outubro de 1995 e, portanto, com o número set/out completou 10 anos de publicação ininterrupta. Até agora, foram 120 edições distribuídas, gratuitamente, para todos os médicos veterinários e zootecnistas inscritos no Conselho, para as prefeituras municipais, secretarias de agricultura, secretarias de saúde, câmaras municipais, diversas entidades ligadas ao assunto, faculdades de veterinária, cooperativas, além de distribuição na sede e nos inúmeros eventos realizados durante o ano.

O Conselho mantém à disposição dos interessados, a coleção completa do Jornal para consultas. Paralelamente, produzimos – até o momento – cerca de 4 mil fotos que estão arquivadas na sede.

Nossa tiragem mensal é de 12 mil exemplares e a impressão a quatro cores. Nos meses pares, anexamos o tablóide Atualização Científica, com quatro páginas.

De modo geral, o CRMV-RJ Jornal é bem aceito e vem recebendo boa quantidade de e-mails, cartas, ofícios e telefonemas tanto de cumprimentos como de sugestões mas também de críticas, algumas negativas. Levamos muito a sério todas essas mensagens no sentido de tentar melhorar sempre o conteúdo das matérias.

Transcrevemos, na íntegra, o ofício Nº 11/204 assinado pelo professor Jadyr Vogel, presidente da Academia Brasileira de Medicina Veterinária, por ocasião da publicação do centésimo número da versão atual do nosso Jornal:

Administração transparente

A Academia Brasileira de Medicina Veterinária (ABRAMVET), atenta ao desenvolvimento da medicina veterinária nos âmbitos da profissão, não pode calar-se ante o progresso alcançado, nos últimos tempos, pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio de Janeiro (CRMV-RJ).

Sob o comando do incansável presidente Eduardo Batista Borges e conduzido por uma lúcida equipe dirigente, a entidade realiza em benefício da classe uma obra memorável que não escapa à observação criteriosa de todo o país.

E, para atingir os objetivos desejados, deve ser destacada a clareza com que são anunciados todos os fatos pertinentes à vida administrativa e ao interesse profissional.

Participa desse contexto, a edição mensal ininterrupta durante os últimos dez anos, do CRMV-RJ JORNAL, periódico de alta qualidade, sabiamente dirigido pelo médico veterinário e jornalista Luiz Octavio Pires Leal.

A influência positiva do veículo nos êxitos da autarquia evidencia a inspiração que ditou a escolha do citado comunicador para tão delicada missão, confirmando seus atributos de mestre exímio da linguagem falada e escrita, dotado de notável criatividade e integral eficiência.

Pires Leal é possuidor de excelente currículo profissional, que retrata um passado brilhante de realizações no serviço público federal, em organizações empresariais e, particularmente, na imprensa especializada, divulgando por várias décadas, a medicina veterinária através da mídia impressa e eletrônica, sempre com rigor ético e qualidade absoluta.

Aplausos, portanto, à transparência administrativa do CRMV-RJ, respaldada na confiabilidade de publicação da mais alta importância para a medicina veterinária do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil.

Jadyr Vogel
Presidente da ABRAMVET

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado Rio de Janeiro Balanço Financeiro – Setembro/2005

Receita		Despesa	
Receita orçamentária	58.243,77	Despesa orçamentária	134.304,24
Receitas correntes	58.243,77	Despesas correntes	134.304,24
Receita de contribuições	16.078,92	Despesas de custeio	134.304,24
Receita patrimonial	15.997,46		
Receitas de serviços	13.454,78		
Outras receitas correntes	12.712,61		
Receita extra-orçamentária	22.349,00	Despesa extra-orçamentária	43.514,54
Devedores da entidade	1.034,72	Diversos responsáveis	42,09
Consignações	12.306,37	Devedores da entidade	1.034,72
Credores da entidade	9.007,91	Consignações	11.573,18
		Credores da entidade	30.514,57
		Entidades públicas credoras	349,98
Saldos do exercício anterior	1.352.527,90	Saldos para o exercício seguinte	1.255.301,89
Bancos-c/movimento	166.488,06	Bancos-c/movimento	54.843,21
Bancos-c/arrecadação	15.905,77	Bancos-c/arrecadação	14.327,15
Responsável por suprimento	3.000,00	Responsável por suprimento	3.000,00
Bancos-c/vinculada a aplicações	1.167.134,07	Bancos-c/vinculada a aplicações	1.183.131,53
Total	1.433.120,67	Total	1.433.120,67
Eduardo Batista Borges - Presidente CRMV-RJ Nº 1.502 CPF: 267.182.437-87	Everaldo Duarte Machado CRMV-RJ Nº 1.273 CPF: 050.801.421-20	Ana Maria da Cunha - Contadora CRC-RJ Nº 7.712-1 CPF: 550.910.247-00	

Editorial

Eduardo Batista Borges - presidente CRMV-RJ

Médicos veterinários nos parlamentos

Por parlamentos quero dizer o poder legislativo nos níveis federal, estadual e municipal. E é deles que nós, veterinários e zootecnistas, devemos participar, sendo eleitos senadores, deputados federais, deputados estaduais e vereadores no maior número possível de municípios. Sem isso, dificilmente, alcançaremos o prestígio que merecemos nem conquistaremos os meios de que necessitamos para desempenhar, com eficiência máxima, nosso importante trabalho para a comunidade do estado do Rio de Janeiro.

O momento em que a maré está favorável a uma total renovação dos métodos usados para a conquista do poder, não poderia ser melhor.

Ao que tudo indica, a época de ouro dos marqueteiros políticos está no fim se é que já não terminou. Não que eles sejam incompetentes. Ao contrário, são competentíssimos mas absurdamente caros. E aí reside o principal problema: “trabalhando” o candidato como mercadoria, eles conseguem eleger praticamente qualquer um que possa pagar. Pagar para pesquisar sua imagem pública, para melhorá-la (com a ajuda de estilistas de moda, cabeleireiros e maquiadores); pagar para produzir filmetes de TV, com os mais modernos recursos que a tecnologia de imagem oferece; pagar para ensiná-lo a pronunciar correta e claramente as palavras (com o auxílio de fonoaudiólogos); pagar aos redatores para escreverem seus discursos; pagar os preços exorbitantes da veiculação dos programas na mídia eletrônica; pagar aos criadores publicitários (que bolam os símbolos, slogans, temas musicais, etc.), pagar a confecção de brindes (bonés, camisas, canetas, chaveiros, etc.); pagar a impressão de volantes; pagar aos cabos eleitorais que distribuem todo esse material profissional; pagar o cachê dos cantores populares nos “showmícios”; pagar, pagar, pagar, pagar... E simplesmente comprar os eleitores com dinheiro vivo, óculos, dentaduras e uma lista infinita de coisas além das tradicionais promessas de emprego, tratamento médico, etc...

É claro que para conseguir esse dinheiro todo – e isso não é novidade para ninguém – os que são do ramo usam todos os recursos imagináveis com destaque para a corrupção mais deslavada como temos visto e lido nos últimos meses.

E, com essas dificuldades, como iremos eleger nossos colegas candidatos?

Primeiro é preciso levar em conta que a legislação já aprovada, embora ainda longe da ideal, permite reduzir imensamente a despesa de uma campanha e o que nós temos que fazer é o chamado “trabalho de formiguinha” somado com o impropriamente denominado “boca à boca” (que, na realidade, é uma técnica de ressuscitação) e que melhor seria chamar de “boca a ouvido”. Por “programa de formiguinha” entendemos a participação no maior número possível de eventos, desde as reuniões familiares até os encontros em entidades e praças públicas, passando pelos clubes de serviço, cooperativas, associações, clubes, etc...

É claro que nossos candidatos precisarão ter um mínimo de estrutura, de carisma e uma determinação férrea e, antes de tudo, um programa bem claro, bem definido. A nós caberá ajudá-los de todas as formas, dentro das nossas possibilidades e habilidades, dando idéias, promovendo encontros, oferecendo material impresso e gravado, fazendo o “boca a ouvido”, telefonando, usando a Internet e todos os meios ao nosso alcance.

O mesmo vale para o caso do poder executivo no nível municipal.

Atividades & Notícias

Novas Comissões do CRMV/RJ

Gestão 2005/2008

No dia 05/10/2005, durante a I Sessão Plenária Ordinária, foram nomeados os novos membros das Comissões do CRMV/RJ, gestão 2005/2008, assim constituídas:

Comissão de Tomada de Contas: Cícero Araújo Pitombo - Presidente; Membros Titulares - Carlos Henrique Pizarro Borges e Cláudio Pinto Vicente; Membros Suplentes - Cristina Silva Grootenboer e Marcelo Hauaji de Sá Pacheco.

Comissão de Ética Profissional: Ricardo Siqueira da Silva - Presidente; Membros - Cristina Silva Grootenboer, Márcio José de Figueiredo, Sérgio Gomes do Rêgo Lima e Douglas Oliveira Ramos.

Comissão de Licitação: Sérgio Henrique Emerick - Presidente; Membros - Carlos Henrique Pizarro Borges, Cristina Silva Grootenboer e Ana Luiza Moreira Leite.

Comissão de Ensino de Medicina Veterinária: Marcelo Hauaji de Sá Pacheco - Presidente e os Membros Nádia Regina Pereira Almosny e Ismar Araújo de Moraes.

Comissão de Publicidade e Divulgação: Membros Titulares - Andréa de Azevedo Balthazar, Renata Neves Ignácio e Sérgio Henrique Emerick; Membros Suplentes - Cláudio Pinto Vicente, Cícero Araújo Pitombo e Douglas Oliveira Ramos.

CBMVHA - Títulos de especialistas

No VIII Congresso Brasileiro de Higienistas de Alimentos, o Colégio Brasileiro de Médicos Veterinários Higienistas de Alimentos abriu inscrições para títulos de especialistas, conforme o seu estatuto. Através das comissões formadas por profissionais de cada área de especialidade, foram realizadas provas escritas, análises de currículos e entrevistas. Houve inscritos de quase todos os estados e foram aprovados onze colegas que receberam os títulos de especialistas nas seguintes áreas: Inspeção higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos de origem animal em carnes, leite, aves, ovos, mel e seus derivados; Tecnologia dos produtos de origem animal em carnes, leite, aves, ovos, mel e seus derivados; Saúde pública. Os médicos veterinários aprovados são dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, São Paulo e Brasília.

Site do CBMVHA: www.cbmvha.org.br

Quem é quem na nova equipe dirigente do CRMV-RJ



Eduardo Batista Borges - Presidente Médico veterinário, formado (1977) na UFF; especialista em Inspeção de Alimentos; Fiscal Federal Agropecuário, ex-Chefe do POINS, em Campos e do Serviço de Inspeção Federal no RJ.



Nádia Regina Pereira Almosny - Conselheira efetiva - médica veterinária, formada (1982) na UFF; especialista em Patologia Clínica Veterinária (hemoparasitos); Professora Adjunta (IV) – UFF; Coordenadora da Pós-Graduação e Pesquisadora do CNPq.



Douglas Oliveira Ramos - Conselheiro efetivo - Zootecnista, formado (1997) na UFRRJ; especialista em Resíduos (Fiocruz) e Meio Ambiente (Fiocruz); presidente da Câmara Técnica de Zootecnia.



Cristina Silva Grootenboer - Conselheira suplente - Médica veterinária, formada (1993) na UFF, especialista em Inspeção Sanitária de POA e em Controle de Qualidade de POA (UFLA); Coordenadora Regional de Inspeção Sanitária de Niterói.



Ricardo Siqueira da Silva - Vice-presidente - Médico veterinário, formado (1988) na UFRRJ; Professor de Patologia Cirúrgica; Sub-Chefe do Departamento de Medicina e Cirurgia Veterinária.



Sérgio Henrique Emerick - Conselheiro efetivo - Médico veterinário, formado (1982) na UFRRJ, especialista em Sanidade Animal; Fiscal Federal Agropecuário; Chefe do PSA / Nova Friburgo e Coordenador Estadual de Saúde Avícola.



Ismar Araújo de Moraes - Conselheiro efetivo - Médico veterinário, formado (1983) na UFF; Professor de Fisiologia Veterinária (UFF); Doutor em Patologia Experimental (UFF); médico veterinário da Superintendência de Controle de Zoonoses, Vigilância e Fiscalização Sanitária da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.



José Paulo de Oliveira - Conselheiro suplente - Zootecnista, formado (1973) na UFRRJ; especialista em Nutrição de Ruminantes (Bovinos de Corte); Professor-Adjunto do Instituto de Zootecnia da UFRRJ; Doutor em Nutrição Animal; Sub-Chefe do Departamento de Produção Animal do Instituto de Zootecnia (UFRRJ); presidente da Comissão de Ensino de Zootecnia do CRMV-RJ; avaliador do INEP / MEC.



Eucy Tavares Galamba - Secretária geral Médica veterinária, formada (1987) na UFF; Especialista em saúde pública (ENSP/FIOCRUZ); Ex-Diretora do Centro de Controle de Zoonoses da cidade do Rio de Janeiro; presidente do Centro de Estudos do Centro de Controle de Zoonoses/RJ.



Carlos Henrique Pizarro Borges - Conselheiro efetivo - Médico veterinário, formado (1992) na UFF, especialista em Produção Animal (Ruminantes) e em Administração Rural; Professor Universitário; Mestre em Sanidade Animal.



Andréa de Azevedo Balthazar - Conselheira suplente - Médica veterinária, formada (1987) na UFRRJ; especialista em Clínica de Pequenos Animais; Pós-Graduação em Marketing Empresarial.



Marcelo Hauaji de Sá Pacheco - Conselheiro suplente - Médico veterinário, formado (1999) na UFF; Mestre (UFF); Coordenador do Curso de Medicina Veterinária da Universidade Castelo Branco; Professor de Produção Animal da UNIPLI.



Everardo Duarte Machado - tesoureiro - médico veterinário, formado (1970) na UFF; especializado em Defesa Sanitária; Fiscal Federal Agropecuário; Coordenador Estadual do Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos.



Cícero Araújo Pitombo - Conselheiro efetivo - Médico veterinário, formado (1987) na UFF, Professor de Clínica de Grandes Animais (UFF); Doutor em Sanidade Animal; Presidente da Associação de Buiatria do Estado do Rio de Janeiro.



Cláudio Pinto Vicente - Conselheiro suplente - Médico veterinário, formado (1992) na UFF, especialista em Vigilância Sanitária; Mestre em Tecnologia de Alimentos (Pescado).



Renata Neves Ignácio - Conselheira suplente - Médica veterinária, formada (1991) na UFF; especialista em Clínica de Pequenos Animais; proprietária da Clínica Veterinária Piratininga.

Falta crônica de estrutura na área de saúde pública expõe todos nós a riscos extremos

Recentemente (07.11.05) em entrevista num programa noturno importante, o ministro da agricultura, em que pese o seu reconhecido sucesso como empresário privado no campo da agropecuária e da produção de alimentos, além de administrador público competente, reconheceu, com todas as letras, que a responsabilidade do controle da febre aftosa – e, por extensão, das outras doenças, sejam elas zoonoses ou não – não pode ser exclusiva do poder público federal mas deve ser também do estadual, do municipal e da iniciativa privada. Mas, ao mesmo tempo, garantiu que o problema (da febre aftosa) está sob controle embora concordando que o seu ministério não tem nem verba nem fiscais agropecuários suficientes, o mesmo acontecendo com a maioria dos estados e a quase totalidade das prefeituras. E prometeu que já está providenciando a promoção de concursos públicos e a recuperação dos laboratórios federais de referência que, na sua quase totalidade estão sucateados e carentes dos equipamentos e materiais, mesmo os mais simples.

Muito bem informado sobre o assunto da entrevista, o que não é a regra nos seus programas que, por razões óbvias, são mais engraçados do que jornalísticos, o multifacetado artista Jô Soares, deixou o ministro numa saia justa quando indagou se o perigo da Doença da Vaca Louca não seria muito maior já que é fatal e transmissível para o homem (a aftosa também é mas só através do contato direto com as secreções dos animais enfermos e, assim mesmo não é grave) através de um vírus. Aí, sua excelência, que não tem obrigação alguma de entender do assunto e por isso mesmo deveria convocar um especialista, atrapalhou-se todo. Ele sabia que o agente não é vírus mas nunca ouviu falar de príon. Aí, fez graça (e o assunto está mais para drama do que para comédia) afirmando que a Doença da Vaca Louca é assim... digamos... uma espécie de tontura... de faniquito que dá na vaca mas que é muito grave e mata gente. A seguir, explicou que no Brasil, os animais só comem capim e que a doença só dá em gado que se alimenta com ração contendo ingredientes de origem animal, como farinha de ossos e de sangue, como se essas não fossem matérias-primas usadas aqui.

A grande pergunta é: – porque o Ministério da Agricultura que abriga em seus quadros médicos veterinários especialistas de competência internacionalmente reconhecida não são convocados para falar sobre o que entendem no lugar do ministro e dos altos funcionários administrativos? Por que não chamam os especialistas do Centro Pan-Americano de Febre Aftosa, gente do mais alto gabarito profissional? Qual a vantagem de procurar engabelar o

público com informações imprecisas ou mesmo grosseiramente erradas?

O ministro deixou claro que as autoridades internacionais da OIE – Organização Internacional de Epizootias – já não acreditam mais (e isso já foi tema de matéria aqui neste Jornal) nas promessas das autoridades brasileiras e deixaram isso explícito na última visita que fizeram ao nosso país há meses atrás.

Comparando a ninharia aplicada na vigilância sanitária com o volume da exportação o próprio Jô – que não é do ramo – afirmou ser espantosa a falta de visão das nossas autoridades arriscando tanto por tão pouco. No mesmo dia (07/11/05) no programa Roda Viva, o Presidente Lula afirmou estar consciente de que diante da facilidade com que o vírus (melhor seria ter dito os vírus) se espalha e a enormidade das fronteiras secas que temos com os países vizinhos, um programa eficaz de erradicação da febre aftosa precisa ser conjunto, multinacional. Então, perguntamos nós, será que as autoridades maiores deste país, finalmente acordaram e passaram a acreditar no que os técnicos estão cansados de repetir, insistentemente, há décadas e décadas? Ou será que passada a fase aguda da crise tudo voltará a ser como dantes no quartel de Abrantes?

Perigo real

Qual a explicação para, em pleno século XXI, pessoas morrerem de uma doença transmitida por carrapato em pleno município de Petrópolis contraída numa pousada de luxo? Primeiro porque tinha (ou ainda tem) carrapatos; segundo porque os carrapatos estavam contaminados com o agente causal (no caso, a *Rickettsia rickettsii*); terceiro porque há animais reservatórios da doença (provavelmente roedores) e veiculadores dos carrapatos contaminados (provavelmente cães); quarto porque as vítimas estavam desinformadas sobre os riscos que corriam e quinto porque os médicos que os atenderam não souberam diagnosticar a doença cujo tratamento, além de rápido é barato.

Mas acontece que falta tudo: faltam agentes de defesa sanitária animal, faltam veículos, falta gasolina, faltam laboratórios, falta informação, falta disposição, falta o entendimento da gravidade da situação (e quem destaca isso é logo chamado de alarmista), falta organização, falta administração, falta liderança, falta vontade política.

E assim, as doenças que já estavam praticamente controladas começam a voltar em grande estilo, como a tuberculose. A leishmaniose ainda não é problema resolvido. A cisticercose também não. A doença de Chagas está longe de ser controlada; a malária é uma lástima; as verminoses continuam desvitalizando quando não matan-

do, principalmente crianças; a raiva é um perigo permanente. (veja o caso do Maranhão); a lepra – perfeitamente curável, como a tuberculose – ainda não foi banida. E temos, ainda a ameaça das novas doenças que a nossa própria incúria, incompetência e falta de visão estão ajudando a tornarem-se cada vez mais próximas. Desmatamos, poluímos o ar, os rios, os lagos, as lagoas, os campos. Permitimos o abate clandestino, os lixões e a sujeira por todo lado. Em decorrência, alteramos a ecologia, destruímos o ambiente natural das espécies, desequilibramos tudo, facilitamos a proliferação dos transmissores e vetores. Enchemos os cursos d'água, lagos e lagoas de fezes e assim alimentamos as algas que, crescendo geometricamente, consomem o oxigênio da água asfixiando e matando os peixes. Interferimos no equilíbrio natural predador/pre-sa. Poluímos o ar e alteramos o clima o que, por sua vez, altera o desenvolvimento normal das plantas e dos animais.

Estamos preparados para enfrentar uma possível ou até provável pandemia de

**faltam veículos,
falta gasolina,
faltam laboratórios,
falta informação,
falta disposição,
falta o entendimento
da gravidade da
situação**

Influenza Aviária, a tal Gripe dos Frangos, causada pelo vírus H5N1 que – é só uma questão de tempo – irá adaptar-se para a transmissão entre pessoas? No momento em que escrevemos esta matéria (08. 11.05) ela só se transmite de ave para ave e de ave para pessoa. A resposta é: sem dúvida, não. Absolutamente não estamos preparados para enfrentar um problema desses. Falta gente capacitada? A resposta também é não, ou seja, temos cientistas do primeiro time mas sem estrutura, sem equipamento, sem verba, sem salários condignos.

E a Doença da Vaca Louca (a Encefalite Espongiforme Bovina)? É outra ameaça concreta e da maior gravidade.

Mobilização dos veterinários

O governo federal, assim como os estaduais e municipais, precisam, urgentemente, mobilizar toda a classe veterinária, equipar seus laboratórios, treinar os profissionais e estimulá-los no sentido de reverter o atual quadro de penúria e defici-

ência da vigilância sanitária em defesa da saúde animal e pública.

É preciso acabar com a mentalidade retrógrada e irresponsável de manter, por indicação política, leigos em cargos técnicos.

É imperioso intensificar o combate aos vetores e transmissores, controlar a poluição, estimular e fiscalizar as vacinações, combater vigorosamente o abate clandestino e os lixões, “perseguir” os desmatadores, aumentar e reforçar as barreiras sanitárias, informar intensa e corretamente a população sobre como prevenir as doenças.

São inadmissíveis as recentes mortes por febre maculosa – inclusive do respeitado profissional Fernando Villas-Boas que estava realizando um bom trabalho à frente da Superintendência de Controle de Zoonoses, Vigilância e Fiscalização Sanitária do Estado do Rio de Janeiro. Que sua morte não tenha sido em vão e que as autoridades responsáveis do País entendam que mais do que os números da economia, a segurança e a saúde dos cidadãos refletem o sucesso ou insucesso de uma administração. As pessoas são mais importantes do que os números. Recordes de exportação, recordes nas taxas do dólar, recordes na balança comercial valem muito pouco ou nada diante de uma população mal nutrida, doente e insegura.

Para disfarçar a violência, as autoridades encherão as ruas de soldados, metralhadoras e blindados, durante os Jogos Pan-Americanos de 2007. E para controlar os ratos, os insetos, os carrapatos, os vermes, os protozoários, os fungos, as bactérias, os vírus e os príons, pretendem fazer o que?

Informação ao ministro

Os príons são ainda menores do que os vírus. São tão pequenos que não são visíveis nem no microscópio eletrônico. Eles são compostos de partículas de proteínas (a de maior proporção é a Pr P 27-30) infectantes e têm diversas características que os diferem dos “vírus tradicionais”, além do tamanho muito menor. Sua presença só pode ser provada através da inoculação do material suspeito em animais sensíveis. Eles são muito lentos, ou seja, depois da pessoa ou animal ser infectado, a doença pode aparecer somente meses ou anos mais tarde. Eles provocam alterações (como transformar o sistema nervoso central numa verdadeira “esponja”) sem causar inflamação. Eles não produzem anticorpos. E ainda por cima têm uma grande resistência aos inativantes. A doença (irreversivelmente fatal) no homem chama-se Doença de Creutzfeldt – Jakob e nos bovinos, Encefalite Espongiforme Bovina, para os íntimos, Doença da Vaca Louca porque eles dão aqueles “faniquitos” aos quais o senhor ministro se referiu no programa do Jô Soares, conseqüência das graves lesões no sistema nervoso central.

Aftosa: desastre previsível

Artigo

Luiz Octavio Pires Leal *

Todo profissional do ramo, no Brasil inteiro, sabe que o País não tem estrutura oficial suficiente para suportar, de forma contínua, permanente e sustentável o papel a que foi alçado, pela iniciativa privada, de maior exportador mundial de carne.

Ao contrário do que acontece com a maioria do povo brasileiro, o importador não é suscetível de ser enganado, engabelado, levado na conversa pelos políticos e pelas autoridades oficiais.

E é uma pena que isso aconteça pois tanto o ex-ministro da agricultura Pratini de Moraes, como o atual Roberto Rodrigues, são profissionais da mais alta categoria, que conseguiram ampliar enormemente o mercado externo e lutar heroicamente em defesa do nosso produto, com sua inteligência, conhecimento do assunto, velocidade de ação e visão empresarial – qualidades de todo empresário bem sucedido – aliados a um espírito público fora de questão.

Mas o que nenhum dos dois conseguiu foi recuperar a estrutura de prevenção e controle da saúde animal que o País já teve, e que nem seria suficiente para os tempos atuais que exigem muito mais do que isso. Noutras palavras: essa estrutura, que é indispensável para poder sustentar a condição de grande exportador, ao invés de progredir, regrediu. E isso não aconteceu por falta de vontade, incompetência nem de aviso dos médicos veterinários oficiais, dos três níveis da administração pública mas por falta de compreensão, de apoio, de visão e de verba.

A constatação de que apenas 0,24% da verba destinada pelo governo federal para o controle sanitário dos rebanhos foi utilizada é estarrecedora.

O que os burocratas que controlam as finanças do Brasil têm na cabeça? Onde está a lógica de arriscar

um negócio que, em 2004 gerou US\$ 2,4 bilhões em divisas, por falta de estrutura capaz de garantir para o importador a qualidade sanitária do produto que ele está comprando? Por que ainda prevalece a mentalidade – num grande número de unidades da federação – de que secretário de agricultura é cargo político, degrau para os parlamentos?

Nos últimos cinco anos, a exportação brasileira de carne bovina cresceu mais de 250%, para um aumento de pouco menos de 20% do rebanho e de quase 33% do abate. Ao mesmo tempo, constata-se que o Ministério da Agricultura há décadas vem mantendo seu quadro de fiscais agropecuários em níveis muito inferiores ao mínimo indispensável para controlar a sanidade animal e, portanto, garan-

tir a qualidade dos produtos de exportação e do mercado interno. Além disso, as barreiras sanitárias são poucas e precárias e os laboratórios, em sua quase totalidade, estão sucateados e funcionam precariamente.

Mas, a precariedade do serviço público não nos atinge, apenas, sob o aspecto econômico (o que não é pouco). Ela tem implicações muitíssimo maiores e mais graves representadas pelas zoonoses, ou seja (para os leigos) as doenças de animais transmissíveis ao homem e vice-versa. Elas são muitas. Algumas, gravíssimas. E a ameaça é concreta, palpável, está na nossa porta, podendo entrar a qualquer momento e matar centenas de milhares de pessoas.

Um exemplo aterrador é a chamada “gripe do frango”. E o que o Brasil

mais tem é frango, tanto que somos os maiores produtores e exportadores do planeta. Ela é causada pelo vírus H5N1 capaz de matar 60% das pessoas infectadas e já está provado que ele pode contaminar humanos, a partir de frangos doentes. Pior: há a hipótese desse vírus sofrer uma pequena mutação e tornar-se capaz de transmitir-se de pessoa para pessoa, como a gripe comum. Isso acontecendo, a previsão das autoridades internacionais de saúde é que 7 milhões de pessoas, no mundo, morrerão.

As doenças emergentes (além das re-emergentes) são uma grande ameaça que exigem providências sérias, corretas e dispendiosas das autoridades. Além da gripe dos frangos (surgida em 1997, em Hong Kong), há a gripe espanhola (que matou 17 mil pessoas apenas no Rio de Janeiro, depois da Primeira Grande Guerra), o ebola, o vírus do Nilo, a bartonelose, a doença da vaca louca e muitas outras.

São doenças – como todos sabem – resultantes ou parcialmente resultantes da interferência errada do homem sobre a natureza, como: desmatamento, contaminação do solo, do ar e das bacias hidrográficas.

Para minimizar a ameaça dessas verdadeiras catástrofes, as autoridades brasileiras precisam valorizar mais as pessoas do que os números que atestam o sucesso da nossa economia, como os da exportação. Cabe, aqui, uma digressão. Os números mostram que, enquanto a exportação de carne brasileira, nos últimos cinco anos, cresceu 254,8%, o consumo, no Brasil, em habitante/ano, aumentou apenas 1,1%, ou seja, permanecemos na situação de “colônia de exploração”, como nos tempos do Pau Brasil, da borracha, da cana e do café, do ouro, das pedras preciosas, e, mais recentemente, da maconha, da prostituição e da mão-de-obra barata.

*médico veterinário e jornalista
piresleal@globo.com

Aftosa no homem

Para algumas autoridades políticas e administrativas importantes do País, a febre aftosa não ataca o homem. Não é verdade, pelo menos segundo o tratado “Zoonosis y enfermedades transmissibles comunes al hombre y a los animales”, de Pedro N. Acha e Boris Szyfres – segunda edição – publicado pela “Organizacion Panamericana de la Salud”.

Na página 395, sob o sub-título “La enfermedad em el hombre”, lê-se:

A febre aftosa no homem é uma doença benigna. O período de incubação dura 2 a 4 dias mas pode prolongar-se até oito dias. O desenvolvimento da doença é semelhante ao dos animais. Na fase inicial, observa-se febre, dor de cabeça, anorexia e taquicardia. A vesícula primária surge no local de penetração do vírus (ferida na pele ou na mucosa bucal) e, em seguida, generaliza-se através da formação de aftas secundárias na boca, mãos e pés. Entretanto, em alguns casos, esse conjunto de lesões não ocorre. Quando não há infecção bacteriana secundária das úlceras, o paciente se restabelece numas duas semanas.

O tipo de vírus isolado com maior frequência no ser humano é o O, em segundo lugar o C e só raramente o A.

A doença foi constatada principalmente em pessoas em contato estreito com animais infectados ou com o vírus no laboratório.

Clinicamente, a aftosa pode ser confundida com outras doenças vesiculares do homem, em especial com infecções por diversos sorotipos do tipo A de vírus Coxsackie que são agentes causais de lesões das mãos, pés e boca. A semelhança da sintomatologia da aftosa com outras estomatites torna inválido todo e qualquer diagnóstico feito com base clínica sem confirmação laboratorial.

Esforço concentrado dos funcionários mantém bom nível de atendimento no Instituto Jorge Vaitsman

O tempo bom a gente é que faz

Na edição anterior (set/out), publicamos ampla matéria, às páginas quatro e cinco, dando conta da “decadência” do Instituto Municipal de Medicina Veterinária Jorge Vaitsman, conseqüência da carência de verba que leva à falta de manutenção, de equipamentos, de material de reposição e outros problemas comuns à rede hospitalar da Secretaria Municipal de Saúde à qual essa unidade pertence.

A propósito dessa matéria, recebemos carta da direção do Instituto agradecendo a solidariedade “no sentido de sinalizar junto aos órgãos competentes da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e em especial à Secretaria Municipal de Saúde, à qual estamos vinculados, a situação difícil que vivemos no momento em que se estende também, de uma maneira até mais grave, aos hospitais da rede pública municipal”.

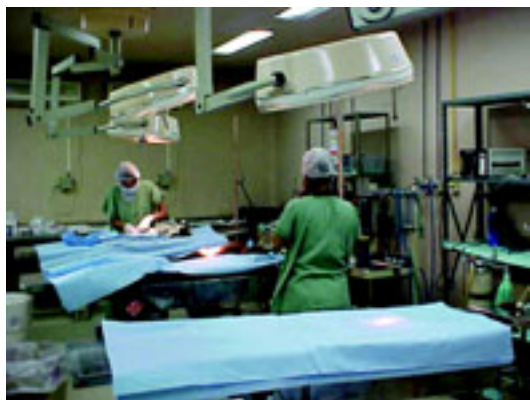
A carta esclarece, entretanto, que os funcionários continuam prestando excelentes serviços à comunidade, como sempre, e que “não sentimos que o nosso Instituto esteja em plena decadência, como foi atribuído na matéria do jornal CRMV-RJ”.

A direção afirma que para evitar que a decadência se instalasse, foram realizadas assembléias dentro da Unidade, contando com um grande número de funcionários.

Dessas assembléias resultou um documento, sob o título “Manifesto do Instituto de Medicina Veterinária Jorge Vaitsman” que foi enviado a diversas esferas do poder público e ao nosso Conselho. “Este manifesto já rendeu seus frutos e a Secretaria Municipal de Saúde, no que foi possível neste momento, já nos solucionou algumas deficiências contratando os auxiliares de serviços veterinários desde primeiro de setembro (o que fez com que voltássemos a funcionar plenamente), renovando o contrato com a firma de alimentação (já voltamos a ter almoço na Unidade para os funcionários) e dando prosseguimento ao processo de reparo dos fornos crematórios, que acreditamos, no início do ano 2006 estarão funcionando novamente”.

A Superintendência de Controle de Zoonoses, Vigilância e Fiscalização Sanitária cedeu uma viatura para o transporte seguro da renda do Instituto (para depositar no banco) e o expediente de rotina.

A direção termina a carta com uma frase que sintetiza o espírito de equipe, a esperança, a determinação e o senso de responsabilidade dos funcionários: – ...para nós, funcionários do Instituto Jorge Vaitsman, o tempo bom é a gente que faz. E nós temos feito.



Fábio Ramos,
diretor-executivo
da Agrosuisse

Zootecnia

Criação de animais silvestres e sua importância para o meio

A criação de animais silvestres vem aumentando nos últimos anos, com isto os estudos e as pesquisas da zootecnia com os animais silvestres vem alcançando alguns resultados satisfatórios. O mercado de carnes de animais silvestres aumentou nos centros urbanos, e boa parte desta carne já provém de novos criatórios. Em algumas espécies como o avestruz, a cadeia produtiva cresce em taxas acima de qualquer outra atividade de produção animal. Em resumo, a criação de animais silvestre ganhou um impulso enorme nos últimos dez anos no Brasil.

Um fato interessante que está ocorrendo em algumas fazendas é pelo agravante do desequilíbrio ambiental e a pouca área de cobertura vegetal original. Existe um aparecimento excessivo de algumas espécies como a capivara, porco do mato, garças, lontras, etc. Estes fatos geram a necessidade de uma avaliação sobre quais as alternativas para o controle sobre o excesso de animais, sendo que a implantação de criatórios, credenciados pelo Ibama, pode ser uma boa alternativa para amenizar o problema de excesso de animais.

Estas atividades produtivas, visando um alimento de melhor qualidade, baseado na preservação do meio ambiente e conservação dos recursos naturais, representam modelos adequados para as condições e potencialidades para o Brasil.

A estruturicultura, nome dado a cultura de criação dos avestruzes iniciou-se com o interesse pelas plumas. Este hábito foi popularizado no século XIX,

principalmente na Inglaterra e França. Durante esta fase o número de avestruzes selvagens chegou a diminuir, após isto iniciaram as pesquisas para domesticação e criação na África do Sul, Austrália e América do Norte. Porém o desenvolvimento foi quase que paralisado até o século XX, após a Segunda Guerra Mundial retomaram-se os estudos e atualmente a criação tem tecnologia avançada em diversos países.

A zootecnia vem tendo uma atuação de destaque nos trabalhos de desenvolvimento dos sistemas de produção de animais silvestres em diversos criatórios do Brasil. Diversos zootecnistas estão desenvolvendo pesquisas e atuando na área acadêmica no ensino desta nova ciência. O zootecnista está habilitado para cumprir com a responsabilidade técnica dos criatórios. Cada vez mais é comprovada atuação de profissionais em cargos estratégicos nas diversas instituições públicas e privadas.

Recentemente nos concursos para o Ministério do Meio Ambiente, para atuar no Ibama, alguns zootecnistas se destacaram e hoje ocupam cargos importantes. Dentre estes podemos citar Marcelo Sauwen Cruz e Ana Raquel Gomes F. Bezerra, ambos trabalhando em Brasília na sede do Ibama.

A zootecnia firma-se como uma atividade que possui a característica de abranger várias competências e ao mesmo tempo ter uma visão contemporânea sobre os novos modelos de desenvolvimentos para a produção de alimentos de origem animal exigidos pelo consumidor.

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio de Janeiro

Presidente: Eduardo Batista Borges
Vice-Presidente: Ricardo Siqueira da Silva
Secretária Geral: Eucy Tavares Galamba
Tesoureiro: Everardo Duarte Machado

Conselheiros Efetivos

Carlos Henrique Pizarro Borges
Cícero Araújo Pitombo
Douglas Oliveira Ramos
Ismar Araújo de Moraes
Nádia Regina Pereira Almosny
Sérgio Henrique Emerick

Conselheiros Suplentes

Andréa de Azevedo Balthazar
Cláudio Pinto Vicente
Cristina Silva Grootenboer
José Paulo de Oliveira
Marcelo Hauaji de Sá Pacheco
Renata Neves Ignácio

Jornalista Responsável

Luiz Octavio Pires Leal
Reg. Prof. 11926/49/87v - CRMV-RJ nº 608

Diagramação e Editoração Eletrônica

I Graficci Programação Visual

Secretária de Redação:

Kátia Brito

CTP e Impressão:

Zoomgraf-K Ltda
Av. Jansen de Melo, 403, Centro - Niterói/RJ
Tel.: (21) 2620 2277

Tiragem: 12.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Distribuição Gratuita

Endereço: Rua Torres Homem, 475, Vila Isabel – CEP 20551-070 – Rio de Janeiro/RJ
Tel.: (21) 2576 7281– Fax: (21) 2576 7844
Web: www.crmvrj.com.br - E-mail: crmvjr@cmvrj.com.br

Conselho Federal decide aumentar anuidades

Apesar do parecer contrário do CRMV-RJ, que foi voto vencido em sua opinião de manter os mesmos valores cobrados em 2005, o Conselho Federal de Medicina Veterinária decidiu – através da Resolução 807 – majorar os valores a serem cobrados em 2006.

RESOLUÇÃO Nº 807, DE 28 DE OUTUBRO DE 2005

Fixa os valores das anuidades de pessoas físicas e jurídicas, taxas e emolumentos, para o exercício de 2006, devidos aos Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária - CFMV/CRMVs, e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, alínea "f", combinado com art. 31, ambos da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, e

considerando ser atribuição do Conselho Federal de Medicina Veterinária a fixação dos valores das anuidades, taxas e emolumentos;

considerando a função social exercida pelos órgãos de fiscalização do exercício profissional;

considerando as manifestações dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária para o estabelecimento dos referidos valores; considerando a edição da Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004;

considerando, finalmente, a deliberação do Plenário do Conselho Federal de Medicina Veterinária, na CLXXVII Sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 28 de outubro de 2005;

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DAS ANUIDADES E TAXAS

Art. 1º - O valor da anuidade de pessoa física, para o exercício de 2006, será de R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais).

Art. 2º - A anuidade de pessoa jurídica, para o exercício de 2006, será cobrada de acordo com as seguintes classes de capital social:

I - até R\$ 5.320,50	R\$ 0.354,24
II - acima de R\$ 5.320,51 até R\$ 31.923,00	R\$ 0.517,32
III - acima de R\$ 31.923,01 até R\$ 138.333,00	R\$ 0.667,44
IV - acima de R\$ 138.333,01 até R\$ 287.307,00	R\$ 0.774,36
V - acima de R\$ 287.307,01 até R\$ 1.383.330,00	R\$ 0.993,60
VI - acima de R\$ 1.383.330,01 até R\$ 2.873.070,00	R\$ 1.196,64
VII - acima de R\$ 2.873.070,00	R\$ 1.493,64

§ 1º - É facultada a cobrança de anuidade complementar à pessoa jurídica sempre que ocorrer atualização do capital social.

§ 2º - Os Conselhos utilizarão, sempre que disponíveis, os dados do último balanço patrimonial da pessoa jurídica, para atualizar o capital social, com finalidade de cálculo do valor da anuidade.

Art. 3º - O pagamento da anuidade de 2006 poderá ser efetuado até 31 de janeiro com desconto de 10% (dez por cento).

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica na hipótese de parcelamento prevista no art. 4º desta Resolução.

Art. 4º - O pagamento poderá, ainda, ser efetuado em 03 (três) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira em 31 de janeiro, a segunda em 28 de fevereiro e a terceira em 31 de março.

Art. 5º - Os valores das taxas e emolumentos serão os seguintes:

I - Inscrição de Pessoa Física (definitiva e secundária)	R\$ 033,00
II - Registro de Pessoa Jurídica	R\$ 115,00
III - Expedição de Carteira de Identidade Profissional	R\$ 033,00
IV - Substituição ou 2ª Via de Carteira	R\$ 058,00
V - Certificado de Regularidade	R\$ 033,00
VI - Registro de Título de Especialista	R\$ 033,00

Art. 6º - Após 31 de março de 2006, as anuidades de pessoas físicas e jurídicas serão acrescidas de multa de 20% e juros moratórios à taxa mensal de 1% (um por cento), além de correção monetária pelo índice de preços ao consumidor - IPC. Parágrafo único. Os acréscimos serão calculados sobre o valor da anuidade corrigida.

Art. 7º - Por ocasião do registro da pessoa física ou jurídica, será cobrado o valor relativo aos duodécimos correspondentes aos meses restantes do exercício, incluído o mês de requerimento.

Art. 8º - A cobrança da anuidade e taxas devidas por pessoas físicas e jurídicas será feita por meio de sistema de cobrança compartilhada, obrigatória, em que o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do Conselho Federal de Medicina Veterinária será creditado em sua conta, no ato do seu recolhimento, automaticamente.

Parágrafo único. Qualquer atraso no repasse de valores, quer referentes a anuidades de que trata esta Resolução, quer referentes a débitos anteriores, sofrerão multa no valor de 20% (vinte por cento) a ser paga pelo Presidente e Tesoureiro, solidariamente.

Art. 9º - Os Conselhos Regionais deverão encaminhar ao Conselho Federal, até o dia 31 de dezembro de 2005, cópia do Convênio firmado com a instituição bancária oficial, nos termos da Resolução nº 664/2000.

CAPÍTULO II - DOS PROCEDIMENTOS RELATIVOS A DÉBITOS ANTERIORES A 2005

Art. 10 - É facultado aos Conselhos Regionais o parcelamento de débito dos exercícios anteriores a 2005 em até 24 (vinte e quatro) prestações mensais e sucessivas, desde que a parcela não seja inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Parágrafo único. Sobre o débito de que trata este artigo incidirão, além da multa, juros moratórios à taxa mensal de 1%.

Art. 11 - O parcelamento do débito deverá ser procedido mediante requerimento do interessado, com a formalização de contrato de reconhecimento da dívida, do valor e do parcelamento.

Parágrafo único. O descumprimento do acordo firmado implica retorno à condição do débito anterior e impede o benefício do parcelamento.

CAPÍTULO III - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12 - O não cumprimento ao estabelecido nesta Resolução importará em responsabilidade do Presidente, sujeito às penalidades da lei de improbidade administrativa e responsabilidade fiscal, sem prejuízo de outras sanções civis, penais e administrativas.

Art. 13 - A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2006, revogadas as disposições em contrário.

Publicada no DOU nº 217, de 11-11-2005, Seção 1

DEPOIS DE PASSAR POR TANTOS TESTES, VOCÊ TAMBÉM VAI APROVAR.

- Indicado para o tratamento de inflamação e dor em patologias agudas e crônicas associadas ao sistema músculo-esquelético de cães e gatos.
- Menor índice de efeitos colaterais.
- Maior eficácia.

Meloxivet

O antiinflamatório e analgésico mais aprovado do mercado.

1 ANO TESTADO APROVADO PELA VETERINÁRIA

Grau de satisfação com Meloxivet em cães (%)

Grau de satisfação com Meloxivet em gatos (%)

Três concentrações diferentes: 1mg, 2mg e 6mg.